



Número: **0800116-56.2020.8.18.0143**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Piracuruca Sede**

Última distribuição : **09/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|-----------------|
| EDILSON DE CERQUEIRA SILVA (AUTOR) | | RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 7803129 | 09/01/2020 13:28 | Petição Inicial | Petição Inicial |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PIRACURUCA-PI

EDILSON DE CERQUEIRA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF nº 780.097.153-87 no RG sob nº 1.631.545 SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Matias Antonio Nonato, S/N, Bairro Urbano, São José do Divino - Piauí, CEP. 64.245-000, *sem endereço eletrônico identificado*, por seu Advogado que esta subscreve (procuração anexa), também já qualificado em instrumento procuratório incluso, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor,

AÇÃO DE COBRANÇA

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOSEGURO DPVAT**, com endereço sito à Rua SEN. DANTAS, Nº 74, 15º ANDAR – CENTRO – RIO DE JANEIRO (RJ), CEP. 20.031-205 e CNPJ Nº.09.248.608/0001-04, por seu representante legal, alegando para tanto as motivações de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, avulta notar que a parte Requerente faz jus ao benefício da justiça gratuita por ser pessoa pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, nos termos do que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal combinado com a Lei 1.060/50 e da Lei 7.115/83, razão pela qual pleiteia o benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, conforme se infere declaração inclusa. (doc. 01 anexo).

II – DOS FATOS

O Requerente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 29/10/2018, por volta das 17:30 hs, na estrada de piçarra que liga a localidade Adobe a cidade de São José do Divino-PI próximo à curva de acesso a Barragem de pedra do riacho suçuarana, pilotava a motocicleta marca HONDA, modelo CG 125 FAN, fabricação e modelo 2008, cor preta, placa NHX-4412, chassi 9C2JC30708R541708, quando perdeu o controle da moto e caiu sofrendo fratura na face do lado esquerdo, conforme documento em anexo.

O Promovente necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, como demonstram o Boletim



de atendimento do centro de Saúde Antônio de Sousa Brito do São José do Divino no dia 29/10/2018 e depois encaminhado para a clínica Armando Cajubá em Parnaíba-PI. O Atestado médico demonstra que o requerente é portador da **CID 10 V27(motociclista traumatizado em colisão com um objeto fixo ou parado)**, e **perdeu 80%** da face/nariz em decorrência deste acidente, e que, a invalidez é permanente não havendo possibilidade de operação ou de cura. Desta forma Excelência, o requerente postulou administrativamente o recebimento do Seguro DPVAT por invalidez permanente com Sinistro de Nº 3190259856, entretanto, o pagamento foi negado pela reclamada, sob o equivocado parecer de que “o dano pessoal evoluiu sem seqüela definitiva”.

Ocorre que o laudo médico apresentado mostra que o requerente perdeu 80% da face/nariz em decorrência deste acidente, portanto ficando inválido, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340.

Diante de tais fatos, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, com a devida correção monetária.

III – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

De imediato, em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, quanto à realização da audiência de conciliação e/ou mediação prevista no art. 319, VII do NCPC, este autor requer, mesmo para que não haja mais delongas, a realização de audiência UNA nos termos dos artigos 21 e 28 da Lei 9099/1995, mostrando desde já seu desinteresse em uma primeira audiência, somente para autocomposição, nos termos do Art. 334, § 5º do NCPC.

IV - DO DIREITO

O direito de receber o Seguro DPVAT invalidez está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º § 1º, b, da lei 6.194/74 abaixo descrita:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado **mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

Assim, vê-se necessária a realização de perícia médica por profissional imparcial indicado por este juízo, de forma a serem aferidas com exatidão o grau das lesões



sofridas pelo autor.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente direito a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). É o que demonstra o dispositivo a seguir da supracitada lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).”

(omissis)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)”

(grifou-se)

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e os danos dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pelo autor, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte



autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Destarte, demonstra-se que no presente caso todos os requisitos legais para a obtenção do direito a indenização, uma vez que foi comprovado o direito do mesmo, o que torna injustificável a resistência da Requerida.

V - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Para as demandas intentadas no âmbito das relações de consumo existe regra especial que autoriza, a inversão do ônus da prova, transferindo-o do autor para o réu (art. 6º, VIII do CDC);

“Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;”

Que seja concedido esse direito, para que haja a proteção à parte mais vulnerável da relação de consumo, o Requerente como consumidor.

VI- DO PEDIDO

ISTO POSTO, requer-se a Vossa Excelência:

1 – Que seja julgada procedente a presente Ação, afim de que, **antecipando os efeitos da tutela, a teor do art. 300, e segs., do CPC, condene a Seguradora Requerida ao pagamento da importância equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seu valor proporcional em razão da lesão ocasionada;**

2 - Que os valores sejam devidamente atualizados, inclusive incidindo juros e correção monetária, nos termos da Súmula 43 do STJ: *"Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"*;

3 -A citação da Requerida para comparecer à audiência conciliação instrução e julgamento, e querendo, contestar a presente ação, com as advertências de praxe, inclusive quanto à confissão em caso de revelia, informamos por oportuno, que não temos conhecimento do endereço eletrônico (e-mail) da parte Requerida;

4 - Com fulcro no art. 319, VII, do NCPC, dispensar a designação de audiência de conciliação/mediação, sendo esta apenas UNA nos termos dos artigos 21 e 28 da Lei 9099/1995;

5 - A concessão do benefício da assistência jurídica gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, haja vista que a parte autora estar sem condições financeiras suficientes que lhe permita suportar eventuais custas decorrentes do processo sem que isto lhe traga prejuízo ao próprio sustento;

6 - A inversão do ônus da prova em favor do Requerente, tendo em vista a sua hipossuficiência e, ainda, a verossimilhança das suas alegações, a teor do que autoriza o inciso VIII, do art. 6º, do CDC;

7 - Requer a condenação do requerido no pagamento de todas as despesas processuais e em honorários advocatícios, à base de 20%, quando então, no caso de recurso por parte da Requerida.



Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal da parte adversa, documentos colacionados, oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas, sem prejuízo de quaisquer outros que se fizerem necessários no curso da instrução processual.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,
pede deferimento.

Piracuruca-PI, 09 de Janeiro de 2020.

RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO:.

OAB-PI 16439

